

SIMPÓSIO TEMÁTICO

Historiografia da arquitetura I e II: métodos, objetos e narrativas

Mesa 1 - Historiadores e historiografias

VIAGEM E REPARTIÇÃO: LUIZ SAIA E O FAZER HISTÓRICO

João Clark de Abreu Sodré

joacas@usp.br

Arquiteto formado pela FAU-USP (2005) e mestre pela mesma instituição com a dissertação *Arquitetura e viagens de formação pelo Brasil, 1938-1962* (2010). Foi bolsista de iniciação científica com a pesquisa *A casa bandeirista de Luiz Saia: antecedentes, apropriações e intérpretes, 1916-1972* (2003). Integrante do escritório de arquitetura GRUPOSP desde 2004. Dirigiu o documentário *Elevado 3.5*, filme vencedor do Festival “É tudo verdade” (2007).

RESUMO

A atuação do engenheiro-arquiteto Luiz Saia (1911-1975) no campo do patrimônio histórico e dos trabalhos de restauração no estado de São Paulo, a partir de 1937, é bastante conhecida e vem sendo revisada ao longo dos últimos anos. No entanto, é de se destacar que, a despeito de sua militância nas questões de preservação ao longo de quase quatro décadas, Saia também se dedicou com afinco a outras atividades ligadas diretamente à sua atividade principal, como a pesquisa histórica e folclórica. Deixadas na sombra de sua influente carreira, tais atividades jamais mereceram a devida atenção por parte dos pesquisadores.

É a partir dessa premissa que este trabalho pretende situar sua produção, procurando alinhar algumas conexões entre suas preocupações preservacionistas e a pesquisa histórica. Em continuidade com os seus interesses pelo passado e com sua investigação sobre as tradições construtivas coloniais, inclusive na valorização dos ofícios artesanais e técnicas populares, é que podemos pensar o folclore em sua trajetória.

Neste sentido, parece ter sido decisiva sua participação no contexto da Missão de Pesquisas Folclóricas, expedição enviada ao Nordeste e Norte do país em 1938, por revelar um ponto de cruzamento privilegiado da arquitetura com a história e com a etnografia. Com efeito, a presença de Luiz Saia à frente da viagem parece ter sido decisiva para o desenvolvimento de uma sensibilidade para com a arquitetura rústica no país e seu reconhecimento como parte de um mundo de heranças compartilhadas no enfrentamento das mais diversas circunstâncias naturais, sociais e econômicas de estabelecimento.

PALAVRAS-CHAVE

Luiz Saia; Missão de Pesquisas Folclóricas; viagem de formação

ABSTRACT

The work of Luiz Saia (1911-1975) in heritage and restoration fields is well known and has been revised over the last years. However, in despite of his focus on issues of preservation over four decades, he also devoted himself to other activities, such as historical research and folklore.

This study seeks its production, trying to outline some connections between preservationist concerns and historical research. In continuity with the past and his interests with his research on colonial and traditional constructions. In this sense, it seems to have been decisive the Mission for Folkloric Research, conceived by Mario de Andrade and lead by Luiz Saia to the North and Northeast regions of the country in 1938. That expedition deals with the possible interactions between architecture, history and ethnography, and Saia's presence have been decisive for the development of a sensibility to the vernacular.

KEY WORDS

Luiz Saia; Missão de Pesquisas Folclóricas; formative journey

A prática do engenheiro-arquiteto Luiz Saia (1911-1975) no campo do patrimônio histórico e dos trabalhos ligados à preservação e restauração arquitetônica no Estado de São Paulo a partir de 1937 é bastante conhecida e recentemente tem recebido a atenção por parte de alguns pesquisadores.¹ Porém, é de se destacar que, a despeito de sua militância nas questões preservacionistas ao longo de quase 40 anos, Saia também se dedicou a uma série de outras atividades, algumas das quais diretamente ligadas à sua atividade principal, como a pesquisa histórica e folclórica, outras, porém, diretamente comprometidas com o campo de intervenção do arquiteto, da crítica ao projeto de arquitetura, ao urbanismo e ao planejamento urbano e regional. Deixadas na sombra de sua influente carreira junto ao patrimônio histórico, estas atividades ainda não mereceram a devida atenção daqueles estudiosos de sua produção.² Ao recuperar o feixe de alguns caminhos percorridos em sua trajetória, este texto pretende, de maneira geral, investigar a constituição da identidade profissional de um arquiteto moderno em São Paulo em meados do século XX, em um momento no qual, ultrapassando os limites da formação politécnica, a arquitetura encontrava nos problemas culturais e sociais contemporâneos um espaço importante de legitimação de seu domínio de competência.

O interesse inicial por esta figura plural, como não poderia deixar de ser, se deu pelo contato com seus escritos sobre a arquitetura colonial paulista³, situando a construção histórica da “casa bandeirista”, termo empregado pela primeira vez em 1955 no ensaio homônimo publicado para apresentar a “Casa do Bandeirante”, recém restaurada para o IV Centenário da Cidade de São Paulo.⁴

¹ Cf. Antonio Luiz Dias de Andrade, *Um estado completo que pode jamais ter existido*. São Paulo, FAU-USP, 1993 (tese de doutorado); Cristiane Sousa Gonçalves, *Metodologia pra a restauração arquitetônica: a experiência do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1975*. São Paulo: FAU-USP, 2004 (dissertação de mestrado); Lia Mayumi, *Taipa, canela preta e concreto: um estudo sobre a restauração de casas bandeiristas em São Paulo*, São Paulo, FAU-USP, 2005 (tese de doutorado).

² No caso de sua atuação em planejamento urbano e regional, ver: Juliana Costa Mota, *A atuação urbanística de Luís Saia: análise do Plano Diretor de Goiânia (1960-1963)* e de Amanda Cristina Franco. “Entre o racional e o pitoresco: o plano diretor de Luís Saia para Águas de Lindóia, 1956”, apresentado no V Seminário Nacional do Docomomo em 2003.

³ Cf. João Clark de Abreu Sodré, *A casa bandeirista de Luiz Saia: antecedentes, apropriações e intérpretes (1916-1972)*, 2001-2003. Um de seus capítulos, “A casa bandeirista de Luiz Saia no IV Centenário de São Paulo: restauração e preservação da identidade paulista”, foi apresentado no V Seminário Nacional do Docomomo, realizado em São Carlos em 2003.

⁴ Na ocasião, Luiz Saia, então diretor regional da DPHAN, foi incumbido pela Comissão do IV Centenário de orientar a parte técnica dos trabalhos de restauração de antiga fazenda localizada no Butantã, devido a sua prática. O arquiteto figurava entre os mais entendidos no assunto, tendo publicado suas primeiras impressões sobre os exemplares da arquitetura rural paulista na década anterior, em artigo para o oitavo número da *Revista do SPHAN*, em 1944. Ao final dos trabalhos, ele foi convidado a escrever o texto *A casa bandeirista: (uma interpretação)*.

Naquela oportunidade, recuamos até os seus *antecedentes*, isto é, as primeiras manifestações e referências em torno destas residências e suas tentativas de preservação, que incluíam as “descobertas” de Washington Luiz (1869-1957) e Paulo Duarte (1899-1984), respectivamente em 1916 e 1936, antes mesmo da criação do SPHAN, até as valorações atribuídas por Mário de Andrade (1893-1945) para o tombamento das mesmas. No momento seguinte, o nosso enfoque recaiu nas *apropriações* das teses de Luiz Saia acerca da casas bandeirista, tanto pelo uso que se fez da restauração da “Casa do Bandeirante” no contexto das comemorações do IV Centenário de São Paulo, pela recuperação da idéia de identidade paulista, dos elos bandeirante-modernista, quanto pelo caráter probatório que os bens imóveis assumem nesse dispositivo de criação da história a partir de monumentos.⁵ E, finalmente, nos lançamos sobre seus *intérpretes*, procurando verificar a repercussão das teses desenvolvidas por Saia entre alguns arquitetos formados na década de 1950, particularmente Carlos Lemos (1925) e Julio Katinsky (1932), que quando estudantes dividiram-se entre os bancos escolares e a sede do Patrimônio, travando um contato direto com seu diretor.⁶ Foi a partir deles que as teses formuladas por Saia puderam ser questionadas, tendo em vista a ampliação das fontes documentais e o precoce ingresso na atividade docente, como professores assistentes, fato que possibilitou o desenvolvimento das pesquisas no âmbito acadêmico.⁷

A intenção de mapear o campo de atuação profissional de Luiz Saia para além do seu escopo patrimonial partiu do contato com outros textos do arquiteto, também publicados em periódicos especializados e de cultura nos anos 50.⁸ Esse material, constituído em sua maioria de pequenas crônicas, editoriais, comentários e

⁵ Cf. RUBINO: 1992, p.32. A discussão sobre a noção de patrimônio e o uso particular que se fez da história está desenvolvida à p. 163: “[...] Porque o que se pode preservar não é o passado, mas suas imagens e representações, e nesse período a arquitetura tornou-se a manifestação mais adequada, visível e perceptível do passado. [...]”.

⁶ “Ora, sem mascaramento, que poderia ser justificado pelas qualificações de “definitivo”, “completo”, “notável”, etc., que os mais reputados especialistas generosamente concederam aos meus estudos, vale notar que tais trabalhos não sofreram ainda contestação válida [...] Ao contrário, as descobertas feitas nesses últimos tempos só confirmaram aquela sistemática estabelecida nos primeiros estudos.”. Cf. SAIA: 1958, pp. 563-564.

⁷ O questionamento em relação às teses pioneiras de Luiz Saia parece ter seu ponto de inflexão em Aracy Amaral, *A hispanidade em São Paulo: da casa rural à Capela de Santo Antonio*. São Paulo, Nobel/Edusp, 1981.

⁸ São eles: “A fase heróica da arquitetura contemporânea brasileira já foi esgotada há alguns anos”, *Folha da Manhã*, 31 de mar. de 1954; “Mies van der Rohe”, *Habitat*, n. 22, mai./jun. 1955, pp.1-8; “Editorial”, *AD Arquitetura e Decoração*, n. 12, jul./ago. 1955, p.1; “Studio para o Clube dos Artistas e Amigos da Arte”, *AD Arquitetura e Decoração*, n. 15, jan./fev. 1956, s/p; “Editorial”, *AD Arquitetura e Decoração*, n. 16, mar./abr. 1956, p.1; “Mais um ano de luta”, *AD Arquitetura e Decoração*, n. 18, 1956; “Arquitetura paulista”, *O Diário de São Paulo*, 1959; “Congresso de Cuba (Não é com vinagre que se apanha mosca)”, *Acrópole*, n. 297, jul. 1963, pp.250-251.

entrevistas, apesar de disperso temporalmente, lido em seu conjunto revela uma complexidade na formação, interesses e repertórios do arquiteto.

É a partir desta perspectiva múltipla de ação do arquiteto moderno, tão caro ao contexto cultural e profissional da arquitetura no Brasil entre as décadas de 1940 e 1960, que pretendemos investigar a trajetória de Luiz Saia, definindo seu lugar, seja individualmente, seja no quadro mais amplo de sua geração, igualmente dedicada e apaixonada pelo exercício da profissão, como Lucio Costa (1902-1998), Eduardo Kneese de Mello (1906-1994), Alcides da Rocha Miranda (1909-2001), entre outros. Ao analisar estas distintas vertentes de sua atuação, trata-se de compreender tanto os nexos quanto sua relativa autonomia com relação à sua experiência em patrimônio.

Esboço biográfico e identidade de geração

Nascido em São Carlos em 1911, Luiz Saia ingressou na Escola Politécnica em 1931, onde iniciou o curso de engenheiro-arquiteto a partir do ano seguinte. Foi nesse mesmo ano, quando integrou o Batalhão da Engenharia das Forças Revolucionárias de São Paulo no levante paulista contra governo provisório de Getúlio Vargas, que começou sua atribulada vida estudantil. Ainda nos seus anos de formação, participou do Curso de Etnografia e Folclore da Prefeitura Municipal de São Paulo, ministrado por Dina Lévi-Strauss em 1936, tendo abandonado sua graduação inúmeras vezes em função das atividades realizadas simultaneamente no Departamento de Cultura e no Patrimônio, postergando, assim, sua formatura até 1948, ano da criação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP.⁹

É a partir deste contexto de afirmação e especialização disciplinar, no qual as perspectivas para a carreira de um engenheiro-arquiteto eram bastante previsíveis e limitadas, que os arquitetos começaram a enveredar por outros caminhos, aprofundando as suas relações com as outras artes, inserindo-se no campo mais amplo da cultura, interessando-se por suas matrizes históricas etc. A própria relação desses profissionais com a militância política acabou sendo redefinida, destacando-se o comprometimento com a questão social e a adesão a partidos políticos de esquerda.¹⁰

⁹ FICHER: 2005, pp. 337-340.

¹⁰ Luiz Saia, apesar de seu flerte com o integralismo nos primeiros anos de escola, conforme a conhecida carta de Mário de Andrade a Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898-1968) de 06/04/1937 quando de sua indicação para integrar o PHAN (“rapaz bastante inteligente, estudante de engenharia, dedicado à arquitetura tradicional, não passadista”, apesar do “defeito de ser integralista”), foi militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), assim como boa parte de seus principais interlocutores na época, como Vilanova Artigas, Alcides da Rocha Miranda, Francisco

O perfil polivalente de Saia, muito próximo do modelo de intelectual modernista que teve em Mário de Andrade seu maior expoente, pode estar ligado ao seu interesse em entender a contribuição possível do arquiteto no processo de modernização do país. Distanciando-se, por um lado, das esferas tradicionais das Belas Artes, da engenharia e das técnicas e ofícios, e ao mesmo tempo se aproximando da arte moderna, das vanguardas culturais e políticas, das ciências humanas (etnografia, história e patrimônio), das questões sociais e urbanas, Saia parece representar um momento de transição fundamental na identidade profissional do arquiteto:

“A fase heróica foi mais um problema de estética e de tabu do que propriamente uma questão de atividade profissional. [...] Tratava-se de romper um academismo solidamente instalado; incumbia de mostrar que era possível aceitar formas diferentes daquelas endossadas e propagadas pelos currículos arcaicos das escolas de belas-artes e pelos apêndices arquitetônicos das escolas de engenharia; impunha-se obrigar às classes dominantes, e mesmo ao governo, a aceitação de uma revolução plástica formal. [...]

Agora é que começa a parte mais séria do problema; a fase madura, mais responsável e, portanto, a que carece de mais juízo. Derrubar um tabu é, de fato, um ato de heroísmo. Mas colocar outro no lugar do antigo, convenhamos, é infantil. O academismo modernista, fênix rejuvenescida saída das próprias cinzas, impera, levado pela onda da moda. E não só os jovens inexperientes, mas também muito arquiteto já maduro e experimentado pratica impunemente o mais desbragado academismo modernista. E há sérias resistências no sentido de impedir que entremos, em cheio, no problema atual, que é prático, técnico, profissional, social e filosófico.”¹¹

Este contorno plural do arquiteto, por sua vez, deve ser considerado numa perspectiva mais ampla, na chave de uma geração de profissionais, sobretudo aqueles nascidos entre 1900 e 1915, que a partir dos anos 30 começam a desenvolver suas atividades, entre os quais é possível identificar paralelos, situar semelhanças e diversidades de atuação. Assim sendo, mapear essa trajetória de Luiz Saia significa,

Rebollo, Santa Rosa, entre outros. Cf. Mário de Andrade, *Mário de Andrade. Cartas de trabalho: correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade (1936-1946)*, Rio de Janeiro, MinC/Pró-Memória, 1987, p. 65.

¹¹ Cf. Alberto Xavier (org.), *Depoimentos de uma geração – arquitetura moderna brasileira*, São Paulo, Cosac & Naify, 2003, p. 227-228. Publicado originalmente *Folha da Manhã*, de 31 de março de 1954 sob o título “A fase heróica da arquitetura contemporânea brasileira já foi esgotada há alguns anos”.

também, situá-la em relação às de seus pares, procurando pensar seus pontos de aproximação e tangência, bem como definindo aquilo que os afastam decisivamente.

Diferentemente de Lucio Costa e Lina Bo Bardi, arquitetos cuja entrada no campo do patrimônio e da cultura popular se deu pela chave do projeto de arquitetura, Luiz Saia percorreu o caminho oposto. Seu itinerário pelas outras áreas, ao contrário, partiu de sua presença indissociável no campo preservacionista, passando pelas pesquisas históricas e folclóricas, também intrinsecamente relacionadas à sua prática, até desembocar na crítica e na historiografia, no projeto de arquitetura e no planejamento urbano e regional, isto é, na maneira como pensou sua intervenção naquele presente. Será interessante verificar, ainda, como esse percurso híbrido de arquiteto ou engenheiro e funcionário público de carreira teve correspondentes nas diretorias regionais de PHAN no país, a saber: Sylvio de Vasconcelos (1916-1979) em Belo Horizonte (MG), Alcides da Rocha Miranda no Rio de Janeiro (RJ), Ayrton Carvalho no Recife (PE), entre outros.

Alguns caminhos

A entrada de Luiz Saia como assistente-técnico na 6ª Regional do SPHAN em São Paulo praticamente coincidiu com a criação do Serviço, em 1936. Indicado por Mário de Andrade no ano seguinte, permaneceu no cargo até a morte de Mário de Andrade em 1945, quando assumiu de vez a condução dos trabalhos preservacionistas no Estado, onde permaneceu até 1975, quando faleceu.

Uma das primeiras atribuições de Mário de Andrade foi a de constituir uma equipe de trabalho para auxiliá-lo num levantamento dos monumentos paulistas a serem preservados. Além de Saia, o corpo técnico da instituição naquele momento era formado por: Nuto Sant'Anna, historiador e auxiliar de Mário no Departamento de Cultura de São Paulo; Germano Graeser, fotógrafo; José Bento Faria Ferraz (1912 - 2005), secretário particular de Mário e responsável pelas pesquisas históricas e de inventários dos bens; Acácio Moreira, auxiliar administrativo; Lincoln Faria, mestre-de-obras; Righetti, pintor ¹².

¹² Cf. depoimento de Armando Rebollo (1927-) à Maria Tarcila Ferreira Guedes, *Memória oral: IPHAN- São Paulo*. São Paulo: mimeo, 1998, pp. 9-20. Assim como Mário, Saia também demonstrou preocupação quanto à formação da equipe técnica de trabalho, incorporando as presenças de Eidval Bolanho, Gameiro, Antonio Luiz Dias de Andrade (o Janjão), Julio Abe Wakahara, entre outros.

O resultado destas pesquisas iniciais foi apresentado como relatório em 1937 e trazia uma farta documentação histórica e fotográfica de cada um dos bens recenseados nas viagens pelos arredores da capital e de outras cidades do Estado. Uma destas obras, a capela de Santo Antonio, acabou rendendo o artigo de Mário de Andrade que foi incluído no número inaugural da *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Nessa ocasião, a colaboração de Luiz Saia esteve restrita aos levantamentos e às respectivas peças gráficas que acompanhavam o texto.¹³

A primeira contribuição de Saia no campo da história da arquitetura foi em 1939, quando da publicação do texto sobre “O alpendre nas capelas brasileiras” no terceiro número da *Revista do SPHAN*. Envolvido nos estudos e trabalhos de restaurações das capelas alpendradas paulistas, o arquiteto não se rendeu às explicações dadas pelo sociólogo pernambucano Gilberto Freyre (1900-1987) na introdução do seu livro *Casa-grande & senzala*, quando associava os alpendres de nossas capelas aos copiares das residências rurais dos senhores de engenho.

Porém, foi com a publicação de suas “Notas sôbre a arquitetura rural paulista do segundo século”, em 1944, que o arquiteto se tornou o primeiro estudioso a se deter sobre as residências rurais paulistas da época das bandeiras. Esse trabalho pioneiro de Luiz Saia, alinhado à tradição das práticas do Patrimônio ao eleger certo passado a ser preservado, inaugura uma outra: a da consideração da especificidade dessas casas.¹⁴

Foi a partir desta especificidade que as qualificam como “regionais”, exclusivas de São Paulo, que a restauração da “Casa do Bandeirante” realizada entre 1954 e 1955 para a comemoração do aniversário da cidade pode ser lida naquele contexto de uma reafirmação da identidade paulista, uma vez que a Comissão do IV Centenário, liderada pelo poeta Guilherme de Almeida (1890-1969), pretendeu atribuir à obra restaurada um caráter documentário e didático. Na ocasião, Luiz Saia foi incumbido de orientar a parte técnica dos trabalhos e, ao final, ele foi convidado a escrever um pequeno ensaio de apresentação da obra restaurada intitulado *A casa bandeirista: uma interpretação*. Todas as considerações feitas pelo arquiteto em relação à arquitetura das casas bandeiristas reafirmaram as observações

¹³ Mario de Andrade, “A capela de Santo Antonio”, *Revista do SPHAN*, n. 1, 1937, pp. 119-125.

¹⁴ Luiz Saia, “Notas sôbre a arquitetura rural paulista do segundo século”, *Revista do SPHAN*, n. 8, 1944, pp. 211-275. Neste texto o autor teceu uma série de considerações em relação aos “restos” encontrados, construindo uma explicação teórica, um esquema a partir das constatações feitas *in loco*, isto é, apresentou, empiricamente, um modelo de como teriam sido estas residências originalmente, a partir das constantes assinaladas entre os exemplares.

estabelecidas na década anterior, porém, neste texto procurou apoiá-las numa interpretação da própria sociedade bandeirista, considerando a mestiçagem um atributo essencial para seu desenvolvimento.¹⁵ Essa relação entre as preocupações de preservação e a pesquisa histórica, porém, deve ser destacada nos trabalhos empreendidos pelo arquiteto.

É em continuidade com os seus interesses pelo passado e com sua investigação sobre as tradições construtivas coloniais, inclusive na valorização dos ofícios artesanais nos canteiros de restauro, é que podemos pensar o folclore em sua trajetória. A crença de que a cultura popular poderia constituir uma esfera de estabilização de um tempo passado, tão cara aos intelectuais de sua geração, não escapou ao arquiteto.

Em setembro de 1937, apresentou a comunicação “Um detalhe de arquitetura popular”¹⁶ na Sociedade de Etnografia e Folclore da Prefeitura de São Paulo, de onde havia se tornado sócio-fundador, com boa parte dos alunos que freqüentaram o curso de Dina Lévi-Strauss no ano anterior.¹⁷ Naquela ocasião, Saia chamou a atenção para o desaparecimento quase sistemático do uso da tesoura na habitação popular brasileira, sobretudo na casa de pau-a-pique, tendo recolhido inclusive os termos populares que se referiam à estrutura do telhado e seus detalhes.

Entre fevereiro e julho de do ano seguinte, foi designado por Mário para chefiar a Missão de Pesquisas Folclóricas ao Nordeste e Norte do país, afim de que recolhesse material para o Arquivo Folclórico da Discoteca Pública de São Paulo que o Departamento de Cultura havia criado. Além de Luiz Saia, participaram desta expedição o maestro e músico Martin Braunwieser, o fotógrafo e técnico de gravação Benedito Pacheco e o auxiliar Antonio Ladeira.

E neste caso, a pesquisa folclórica ganhou uma outra especificidade que foi o vínculo entre memória nacional e cultura popular através de uma educação musical. No universo coletado, é interessante também as referências e anotações de arquitetura popular através das cadernetas de viagem, fotografias e material

¹⁵ Podemos dizer que este caráter atribuído *a posteriori* esteve, desde o início, comprometido com suas explicações anteriores, ou seja, até que ponto a caracterização deste quadro social não procurou legitimar ou explicar sua tese original? Em que medida o autor não procurou identificar na sociedade aquilo que lhe fosse conveniente como explicação? Cf. “A casa bandeirista de Luiz Saia no IV Centenário de São Paulo: restauração e preservação da identidade paulista”, Anais do V Seminário Nacional do Docomomo, São Carlos, 2003.

¹⁶ Luiz Saia, “Um detalhe de arquitetura popular”, *Revista do Arquivo Municipal*, v. XL, out. 1937, pp. 15-22.

¹⁷ O curso, teve a duração de 6 meses, e contou com afluxo inesperado de estudiosos, entre eles, Hélio Damante, Oneida Alvarenga, Antonio Muller, Luiz Saia, Ernani Silva Bruno.

audiovisual para pensar a incursão de Luiz Saia pela etnografia, pelo folclore pela e antropologia.¹⁸

A partir desse contato precoce com outros campos do conhecimento é que podemos pensar alguns de seus textos em autonomia em relação às suas tarefas práticas.¹⁹ Mais do que o preservacionista, nestes escritos é o historiador Luiz Saia quem fala, constituindo um modelo de pesquisa em história da habitação, do povoamento, dos monumentos, diretamente articulada à produção historiográfica paulista.²⁰ Tanto é que integrou a Comissão de História para a “Exposição Geral do IV Centenário da Cidade de São Paulo”.²¹

A passagem do historiador ao crítico, por sua vez, é dada pelos artigos que escreveu a partir da década de 1950 sobre arquitetura contemporânea em periódicos diários e revistas especializadas. Destes textos, os dois mais interessantes são justamente aqueles mais conhecidos: “A fase heróica da arquitetura contemporânea brasileira já foi esgotada há alguns anos”, publicado pela *Folha da Manhã*, em 1954, e “Arquitetura paulista”, na edição especial d’O *Diário de São Paulo* dedicada aos “Aspectos da Civilização Paulista”, em 1959.²²

É por este artigo de 1954, ano em que se realizou também o IV Congresso Brasileiro de Arquitetos em São Paulo, que Luiz Saia se posicionou no debate sobre o formalismo da arquitetura brasileira daqueles anos, criticando o abuso de formas e palavras²³:

“Com efeito, as cartas do atual baralho são poucas e fáceis, eficientes e rendosas: meia dúzia de soluções formais e algumas palavras de poder mágico:

¹⁸ Um desses produtos foi o livro *Escultura popular brasileira*, São Paulo, A Gazeta, 1944, que trata dos ex-votos recolhidos durante a Missão.

¹⁹ Entre entres *Fontes primárias para o estudo das habitações, das vias de comunicação e dos aglomerados humanos de São Paulo no século XVI*. São Paulo, Instituto de Administração da USP, 1948; “Notas para a teorização de São Paulo”, *Acrópole*, n. 295/6, jun. 1963, pp. 209-223; *Notas sobre a evolução da morada paulista: notas relacionadas com a tectônica demográfica em São Paulo*. São Paulo, Editora Acrópole, 1957; “Roteiro dos Monumentos Históricos e Artísticos de São Paulo”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Guarujá Bertioga*, n. 1, 1969, pp. 80-110.

²⁰ Particularmente nesse diálogo com os historiadores, sua interpretação do período colonial em continuidade com o feudalismo é típica de alguns cânones do período. Sobre a revisão bibliográfica de São Paulo no período colonial, ver Ilana Blaj, “Mentalidade e sociedade: revisitando a historiografia sobre São Paulo colonial”, *Revista de História*. São Paulo, 142/3; 239-59, 2000.

²¹ Coordenado pelo historiador português Jaime Cortesão, a equipe de pesquisa e organização era formada por Mario Neme, Ernani da Silva Bruno, Hélio Damante e Agostinho Silva. E entre seus colaboradores Darcy Ribeiro, Yan de Almeida Prado, João Cruz Costa, José Wasth Rodrigues e o próprio Saia.

²² Estes são os textos do arquiteto que integram a coletânea organizada por Alberto Xavier *Depoimentos de uma geração – arquitetura moderna brasileira*, São Paulo, Cosac & Naify, 2003.

²³ Polêmica deflagrada a partir da crítica do arquiteto suíço Max Bill aos excessos formais da obra de Oscar Niemeyer. Cf. Aracy Amaral, *Arte para quê? A preocupação social na arte brasileira 1930-1970*. São Paulo, Nobel, 1987, pp. 301-303; Hugo Segawa, *Arquiteturas no Brasil 1900-1990*, São Paulo: Edusp, 1999, pp.107-112.

“brise-soleil”, “colunas em V”, “pilotis”, “amebas”, “panos contínuos de vidro”, “moderno”, “funcional”, etc. O prestígio dessas formas e palavras e o seu abuso sonégam a consideração justa dos problemas que realmente são propostos pelo trato mais consentâneo da nossa arquitetura. Mesmo no estudo de um projeto particular, habitação, edifício público, fábrica ou que quer que seja, a eficiência profissional fica muitas vezes prejudicada pela intenção modernista e acadêmica, em detrimento da excelência do trabalho.”²⁴

Além desses problemas de “eficiência profissional”, questionando também o uso indiscriminado do pano de vidro, desconsiderando os fenômenos de insolação e higiene Luiz Saia apontou o problema da organização urbana dos grandes espaços, cidades e regiões, alertando da necessidade do planejamento urbano e regional como um de seus instrumentos de ação.

Já no texto publicado em 1959, Luiz Saia se aproxima mais de uma revisão historiográfica da arquitetura moderna em São Paulo, apontando seus marcos de origem, a abrangência do campo profissional de arquitetura e da engenharia, o padrão da organização produtiva, os momentos de ruptura e suas forças propulsoras, os impasses locais e seus atores privilegiados, etc.²⁵

Além desta atuação como crítico, Luiz Saia também teve alguns de seus projetos de arquitetura estampados nas páginas das revistas *AD Arquitetura e Decoração* e *Acrópole*, em especial, duas casas construídas em São Paulo e outras duas no litoral.²⁶ Neste caso, é interessante analisar como é que o arquiteto articulou o conhecimento das técnicas e dos materiais tradicionais, em parte trazido pela experiência no patrimônio, com a prancheta. Esta também deve ser a entrada para o projeto do Pavilhão de Exposição para a 1ª Bienal de São Paulo (1951), realizado em parceria com Eduardo Kneese de Mello e inteiramente construído em madeira, no belvedere do Parque Trianon.

Em relação às disciplinas do urbanismo e do planejamento urbano, a atuação de Luiz Saia também se destacou pela diversidade. Escreveu artigos sobre o “Urbanismo em São Paulo” para a revista *Acrópole* em mais de uma ocasião, redigiu

²⁴ XAVIER: 2003, p. 228.

²⁵ É interessante pensar este texto em relação ao de Lucio Costa “Muita construção, alguma arquitetura e um milagre”, escrito para edição comemorativa do *Correio da Manhã* de 1951.

²⁶ “Cosme e Damião: residências em Itanhaém”. *AD Arquitetura e Decoração*, n.15, jan./fev/1956; “Residência no Morumbi”, *Acrópole*, n. 209, mar. 1956, pp. 563-564; “Residência no Alto de Pinheiros”, *Acrópole*, n. 224, jun. 1957, pp. 280-282.

trabalhos específicos no campo da legislação fundiária e do planejamento urbano e regional, ministrou curso paralelos e elaborou plano diretores para 4 cidades brasileiras São José do Rio Preto (1951), Lins (1953), Águas de Lindóia (1956) e Goiânia (1959-1963). Além das experiências dos planos diretores, o arquiteto redigiu o “Código do uso licito da terra”, encaminhado à Assembléia Legislativa de São Paulo no ano de 1954, o “Relatório Preliminar para o Planejamento do Estado de São Paulo” em 1955 e, finalmente, o “Plano para e reforma da Secretaria de Saúde” em 1956.²⁷

Das viagens técnicas do SPHAN a Missão de Pesquisas Folclóricas (1938)

No caso do modernismo brasileiro, é possível afirmar que as viagens tiveram uma importância fundamental na formação e transformação de muitos de seus membros, repercutindo diretamente na vida e na obra de escritores, artistas, músicos, etc. A aproximação com realidades diversas daquelas encontradas na cidade de São Paulo, a possibilidade do contato com o *outro*, o próprio questionamento de suas esferas de pertencimento, enfim, tais deslocamentos apresentam um caráter fortemente etnográfico, restabelecendo novas fronteiras entre as esferas. De acordo com Telê Ancona Lopez,

*“Para o modernista Mário de Andrade, empenhado em entender a realidade brasileira dentro de um quadro latino–americano e em traçar, na medida de suas possibilidades, as coordenadas de uma cultura nacional, tomando o folclore e a cultura popular como instrumentação para seu conhecimento do povo brasileiro, foi muito importante unir pesquisa de gabinete e vivência de vanguardista metropolitano ao encontro direto com o primitivo, o rústico e o arcaico, que, em seu enfoque dialeticamente dinâmico, puderam lhe valer como indícios de autenticidade cultural.”*²⁸

É certo que a experiência acumulada por Mário como “turista aprendiz” desde os anos 1920 constituiu um passo decisivo na história das viagens de formação no Brasil, não somente porque ultrapassou o registro puramente folclórico dos repertórios regionais, mas também porque a inversão dos roteiros habituais a Paris assumiu um caráter transgressivo também ao repropor também as categorias estéticas do

²⁷ FICHER: 2005, pp. 339.

²⁸ Tele Ancona Lopez, “Viagens etnográficas” de Mário de Andrade” in Andrade, Mário. *O turista aprendiz*. São Paulo: Duas Cidades / Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976, p. 15.

“nivelamento” e do “desnivelamento”²⁹ como justificativa para uma reaproximação não hierárquica, e interessada do ponto de vista da criação contemporânea, entre o erudito e popular.

Ela apontava, por certo, uma perspectiva nova, seja porque invertia os itinerários acadêmicos ainda praticados nas instituições de ensino e patronato artístico distinguindo os jovens talentos por meio da concessão de bolsas, pensões e prêmios de residência na Europa, seja porque não se contentava com o interesse iconográfico e elitista dos primeiros roteiros voltados ao interior do Brasil e particularmente às suas heranças coloniais. Como foi o caso, aliás, das viagens de jovens arquitetos - Lucio Costa, enviado a Diamantina; Nestor de Figueiredo, a Ouro Preto; e Nereu Sampaio a São João Del Rey e Congonhas do Campo - patrocinadas por José Mariano Filho, presidente da Sociedade Brasileira de Belas Artes, às cidades mineiras na década de 1920. Ou seja, marcadas por uma finalidade operativa e uma disciplina mimética convencional.

Uma nova experiência de viagem, portanto, se afirmava na linhagem estabelecida entre Mário de Andrade, Luiz Saia e as primeiras gerações de estudantes formados pela FAU-USP, enlaçando arte moderna, patrimônio e humanidades na constituição ética e estética da escola. Vista em perspectiva histórica, todavia, ainda que plena de particularidades e mediações próprias, ela não constitui de modo algum uma história excepcional. Pertence, de um modo ou de outro, à história de toda escola de arquitetura, e de muitas das escolas de arquitetura do país. Até porque é parte da própria educação do arquiteto. E não apenas de sua educação em moldes acadêmicos.

Não por acaso, Saia foi designado para chefiar a expedição que deveria registrar manifestações folclóricas, sobretudo músicas e danças dramáticas. No entanto, não foi essa faceta mais conhecida da expedição o que nos interessou, mas sim o conjunto do material recolhido à margem, para além dos interesses estabelecidos oficialmente. Neste sentido, a pesquisa se debruçou nas observações, anotações e registros acerca de arquitetura popular e colonial, técnicas construtivas e aglomerações urbanas tradicionais produzidos, e que foram documentados em cadernetas de viagens e fotografias.

²⁹ Foi o que Mário observou, por exemplo, acerca do cantador nordestino em sua viagem de 1928/29. Cf. Gilda de Mello e Souza. *O Tupi e o Alaúde: uma interpretação de Macunaima*. São Paulo: Duas Cidades, 1979, pp. 20-7.

O trabalho, portanto, procurou relacionar o interesse fundamental da Missão pela cultura popular brasileira com a bagagem politécnica e patrimonial de seu coordenador. Pois, ainda que evidentemente marcado pela direção institucional e intelectual de Mário de Andrade junto ao Departamento de Cultura, e, por extensão, pelo ideário nacionalista derivado do modernismo brasileiro então filtrado pela presença na cidade de cientistas sociais franceses envolvidos com a fundação da Universidade de São Paulo (USP)³⁰, a atuação de Saia parece revelar um ponto de cruzamento privilegiado da arquitetura com a história e a etnografia. Com efeito, a presença de Luiz Saia à frente da expedição parece ter sido decisiva para o desenvolvimento de uma sensibilidade para com a arquitetura rústica no país e seu reconhecimento como parte de um mundo de heranças compartilhadas no enfrentamento das mais diversas circunstâncias naturais, sociais e econômicas de estabelecimento.

Não é de se estranhar que, até meados da década de 1930, os estudos de história da arquitetura coincidiam com o interesse ora pelos estilos históricos ora pela pesquisa do colonial.³¹ Um estudo de Luiz Saia, a comunicação “Um detalhe de arquitetura popular”³², apresentada em setembro de 1937 na Sociedade de Etnografia e Folclore, é um exemplo dos novos rumos que a pesquisa das tradições arquitetônicas estava a tomar. Ao alertar para o desaparecimento quase sistemático da tesoura nos telhados da casa de pau-a-pique, Saia manifestava um interesse pela arquitetura popular informado pelo olhar etnográfico.

Para entendermos as viagens técnicas de 1937 e a expedição etnográfica de 1938 enquanto um conjunto é preciso levar em conta a dupla vocação de “escritor público” de Mário naquele momento, vinculado tanto ao Departamento de Cultura de

³⁰ Cf. Fernanda Peixoto. “Lévi-Strauss no Brasil: a formação do etnólogo”. *Mana*, vol. 4, n.1, Rio de Janeiro, abril 1998 pp.79-107; Idem. *Diálogos Brasileiros: uma análise da obra de Roger Bastide*. São Paulo: EDUSP, 2000.

³¹ Se no início do século, arquitetos como Ricardo Severo (1869-1940), Heitor de Melo (1876-1920), Arquimedes Memória (1893-1960), entre outros, estavam pesquisando os estilos da moda colonial para incorporação em novos projetos contemporâneos, a situação não se alterou com Semana de Arte Moderna, em 1922 e estendeu-se ao longo de toda a década sob a liderança de figuras como José Mariano Filho (1881-1946). Somente a partir década de 1930, com o rompimento modernista em relação ao movimento neocolonial, os arquitetos começaram a se interessar pelo tema da arquitetura popular, entre eles o próprio Lucio Costa (1902-1998), convertido ao movimento moderno em 1930, Gerson Pompeu Pinheiro (1910-1978), Carmem Portinho (1903-2001), Ângelo Murgel etc. Sobre as relações entre arquitetura moderna, neocolonial e popular, ver José Tavares Correia de Lira. *Mocambo e Cidade: regionalismo na arquitetura e ordenação do espaço habitado*. São Paulo: FAU-USP, 1997 (tese de doutorado). Sobre o neocolonial na arquitetura, ver Paulo F. Santos. *Presença de Lúcio Costa na arquitetura contemporânea do Brasil*. Rio de Janeiro: mimeo, 1960; Maria Lucia Bressan Pinheiro. Neocolonial, modernismo e preservação do patrimônio no debate cultural dos anos 1920 no Brasil. São Paulo: FAUUSP, 2005 (tese de livre-docência); Joana Mello. *Ricardo Severo: da arqueologia portuguesa à arquitetura brasileira*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2007.

³² Luiz Saia. “Um detalhe de arquitetura popular”. *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, v.XL, out.1937, pp.15-22.

São Paulo, do qual era diretor desde sua criação em 1935 e chefe da Divisão de Expansão Cultural, quanto ao SPHAN, no qual havia colaborado com seu anteprojeto em 1936 e na condição de Assistente Técnico da 6ª Região a partir de 1937.³³ Como bem observou a antropóloga Lélia Coelha Frota, tais instituições permaneciam indissociáveis na formulação das políticas culturais de Mário de Andrade,

“[...] Estes trabalhos foram contemporâneos na vida de Mário, e é importante assinalar que a concepção abrangente que norteou a criação dos dois novos órgãos evidencia um nítido consenso em torno de um conceito de cultura e sociedade, que emana em linha reta da reavaliação modernista.”³⁴

Uma de suas primeiras atribuições junto ao SPHAN foi a de constituir uma equipe de trabalho para auxiliá-lo no recenseamento dos monumentos paulistas a serem preservados, conforme o pedido do diretor Rodrigo Mello Franco de Andrade para que se inventariasse “tão completamente quanto possível as obras de arquitetura com interesse artístico ou histórico existentes em São Paulo”.³⁵ Entre os escolhidos para compor este corpo técnico estavam Luiz Saia, estudante do curso de arquitetura da Escola Politécnica de São Paulo³⁶, o historiador Nuto Sant’Anna, também seu auxiliar no Departamento de Cultura, e o fotógrafo alemão Germano Graeser. E foi a partir do desenvolvimento destes trabalhos que Mário escreveu a Rodrigo, em carta de 23/05/37, fazendo esta primeira constatação:

“E há o problema geral de S. Paulo. Você entenderá comigo que não é possível entre nós descobrir maravilhas espantosas, do valor das mineiras, baianas, pernambucanas e paraibanas em principal. A orientação paulista tem de se adaptar ao meio: primando a preocupação histórica à estética. Recensear e

³³ O anteprojeto do Serviço do Patrimônio Artístico e Nacional (SPAN) foi escrito pelo então diretor do Departamento de Cultura de São Paulo em apenas duas semanas, serviu de base para a elaboração do decreto-lei nº 25 que instituiu o SPHAN. A proposta de Mário, no entanto, era mais abrangente do que aquela aprovada em lei, e concebia todas as categorias a serem preservadas como obras de artes (arqueológica, ameríndia, popular, histórica, erudita nacional, erudita estrangeira, aplicadas nacionais e aplicadas estrangeira), isto é, não previa a distinção entre os valores histórico e artístico. Ver os dois capítulos iniciais da dissertação de mestrado de Silvana Rubino, *As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968*. Mário trabalhou como Assistente Técnico entre 1937 e 1938, quando renunciou ao cargo devido às pressões políticas que o obrigaram também a deixar a direção do Departamento de Cultura de São Paulo. No entanto, continuou servindo ao SPHAN em São Paulo até sua morte, em 25/10/1945.

³⁴ Lélia Coelha Frota. “Mário de Andrade: um vocação de escritor público” in ANDRADE, Mário, *Mário de Andrade. Cartas de trabalho: correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade (1936-1946)*, 1981, p.25.

³⁵ Cf. carta de 17/05/1937. Rodrigo M. F. de Andrade. *Rodrigo e o SPHAN*, p. 125.

³⁶ Em carta de 06/04/1937, Mário se refere a dúvida que tinha em relação a quem indicar como funcionário para o SPHAN, mas que depois de matutar bastante inclusive com Sérgio Milliet, propôs o nome de Luiz Saia, um “rapaz bastante inteligente, estudante de engenharia, dedicado à arquitetura tradicional, não passadista”, apesar do “defeito de ser integralista”. Cf. Mário Andrade, *op. cit.*, 1981, p. 65.

*futuramente tombar o pouco que nos resta de seiscentista e setecentista, os monumentos onde se passaram grandes fatos históricos. Sob o ponto de vista estético, mais que a beleza propriamente (esta quase não existe) tombar os problemas, as soluções arquitetônicas mais características ou originais. Acha bom assim?*³⁷

O estabelecimento de critérios diversos de valor para a identificação do patrimônio arquitetônico paulista passava, portanto, pelo primado do histórico ao estético e, por extensão, pela ênfase nos problemas e soluções de arquitetura historicamente expressivos ou originais, e não tanto por seu caráter excepcional ou de notável valor artístico.

O trabalho para o tombamento dos monumentos históricos teve início ainda em junho daquele ano, a partir das primeiras excursões pelos arredores da cidade e, para tanto, Mário convidou seu amigo Paulo Duarte para acompanhá-lo durante as visitas. E suas primeiras impressões não foram nada animadoras, conforme relatou no artigo “Contra o vandalismo e o extermínio”, publicado em 11 de junho n’*O Estado de S. Paulo*: “Dia de desânimo para nós dois e para todos aqueles que amam um pouco as coisas do passado”.³⁸

A desilusão com o estado das construções encontradas incentivou Paulo Duarte a iniciar sua campanha homônima de proteção dos bens paulistas junto às autoridades locais. Para ele, o caso de Cotia era de se pensar, o de Carapicuíba de se entristecer e o de Mboy de se revoltar.³⁹ Uma nota de improviso apresentava-se claramente nessas primeiras viagens de reconhecimento. A carta de Mário a Rodrigo, de 1 de novembro de 1937, relata a viagem de fim-de-semana a Bertioga:

“Na sexta de manhã partimos já atrasados em busca da Bertioga, o automóvel cedido gentilmente pra essas pesquisas do Paulo pela Ford demorou, o meu cedido pela Prefeitura estava na hora certa, mas partimos só depois do almoço. Em Santos, o companheiro de lá que ia conosco demorou, mas isso não era nada: a lancha que devia ficar à nossa disposição até amanhã, tinha de

³⁷ Idem, *ibidem*, p. 69.

³⁸ Paulo Duarte. “Contra o vandalismo e o extermínio” in *Contra o vandalismo e o extermínio*, São Paulo, Departamento de Cultura, 1938, pp.7-16.

³⁹ Esta campanha foi também bastante divulgada pela *Revista do Arquivo Municipal*, uma publicação do Departamento de Cultura de São Paulo, e que naquele momento colocava em evidência a questão da preservação do patrimônio como possibilidade de constituir materialmente a história e a identidade paulista. Esta iniciativa de Paulo Duarte pode ser entendida na chave de atuação dos intelectuais junto ao Departamento de Cultura, entre 1935 e 1938.

voltar no mesmo dia, por obrigações imprescindíveis surgidas de repente. Mas o Paulo deu o estrilo e depois de várias démarches conseguimos que a lancha ficasse até domingo de tarde. Principiou chovendo. Chegamos na Bertioga quase tempestade e isso às 19 horas. (...) O transporte único do local são dois caminhões. Um estava escangalhado e o outro estava no Indaiá, 14 quilômetros, e lá pernoitaria esperando os lances de rede da manhã seguinte. As duas pensões não tinham mais quartos, com veranistas. Afinal fomos dormir numa casa de taipa dum tabaréu que nem iluminação de vela tinha, mordemos um presunto e uma pescada amarela de escabeche que levávamos, e passamos uma noite com sede, porque na Bertioga não havia água mineral, só perfumarias, guaraná e coisas que me embebedam. (...) Bêbado de raiva, embebedado de propósito por causa do tempo e dos contratempos.”⁴⁰

Mas o trabalho prosseguiu e, a despeito dos contratempos, produziu resultados. Um primeiro relatório sobre o Estado de São Paulo foi enviado em 16/10/1937 e trazia documentação histórica e fotográfica de cada um dos bens recenseados nas viagens a arredores da cidade, assim como em São Roque, Cotia, Itaquaquecetuba, M’boy (Embu), Voturuna, Atibaia, Perdões, São Luís do Paraitinga, Ubatuba, Parnaíba, Santos, Itu, Porto Feliz, Sorocaba, Vila Bela, São Sebastião, Iguape, Cananéia, Vale do Paraíba, Campinas, Pirapora, Barueri, Cabreúva. E o processo da viagem de levantamento, como processo de estudo e registro, transparece na indicação de procedimentos técnicos diversos: o uso de credenciais e o contato com autoridades civis e religiosas de modo a facilitar o acesso aos bens; o recurso a relatórios de ordens e irmandades ou a documentação oficial, forense ou camerária sobre os monumentos; descrições arquitetônicas e artísticas, com a preocupação de datação das construções e reformas, comentários sobre o estado de conservação e lançamento de hipóteses interpretativas do ponto de vista histórico e estético; registro fotográfico, nas primeiras visitas realizado de modo amador, como registro prévio à seleção do material a ser documentado por fotógrafo especialista; preenchimento eventual de fichas de tombamento com fotos e planos.

Um outro relatório, de 28/11/1937, tratava especialmente da pintura religiosa de Itu, em especial do Padre Jesuino do Monte Carmelo. Além destes relatórios

⁴⁰ Mário de Andrade, *op. cit.*, 1981, pp. 107-8

solicitados ainda durante o primeiro ano de funcionamento da instituição, Rodrigo insistiu pra que Mário escrevesse um artigo para o número inaugural da Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, destacando que sua participação seria imprescindível. E também recomendou para que um de seus auxiliares escrevesse algo relacionado com uma das obras a se tombar no Estado, para que São Paulo não deixasse de figurar na revista. Finalmente, em 01/07/1937, Mário informa do envio dos dois artigos, um sobre “A Capela de Santo de Antonio” escrito por ele, com a colaboração de Luiz Saia, e o outro sobre “A igreja dos Remédios” feito por Nuto Sant’Anna.

Foi neste artigo que Mário definiu o critério a ser adotado para o tombamento dos monumentos paulistas: os trabalhos deveriam se pautar “quase exclusivamente pelo ângulo histórico”. E continuava, “em vez de se preocupar muito com beleza, há de reverenciar e defender especialmente as capelinhas toscas, as velhices dum tempo de luta e os restos de luxo esburacado que o acaso se esqueceu de destruir”⁴¹. Esta constatação um tanto resignada já vinha sendo feita por ele toda vez que se referia ao passado colonial de São Paulo, que desde cedo vinha explorando suas andanças pelo estado:

⁴¹ Mario de Andrade, “A Capela de Santo Antonio”, *Revista do SPHAN*, 1, p. 119. E assim prosseguiu: “[...] No período que deixou no Brasil as nossas as mais belas grandezas coloniais os séculos XVIII e XIX até fins do Primeiro Império, São Paulo estava abatido, ou ainda desensarado dos revezes que sofrera. Não pode criar monumentos de arte. Se é certo que uma pesquisa muito paciente pode encontrar detalhes de beleza ou soluções arquitetônicas de interesse técnico, num teto ou torre sineira, num alpendre ou numa janela gradeada, é mais incontestável ainda, a meu ver, que São Paulo não pode apresentar documentação alguma que, como arte, se aproxime sequer da arquitetura ou da estatuária mineira, da pintura, dos entalhes e dos interiores completos do Rio, de Pernambuco ou da Baía. [...]”.

*“Vagar assim, pelos mil caminhos de São Paulo, em busca de grandezas passadas, é trabalho de fome e de muita, muita amargura. Procura-se demais e encontra-se quase nada. Vai subindo no ser uma ambição de achar, uma esperança de descobrimentos admiráveis, quem sabe se em tal capela denunciada vai topar-se com alguma S. Francisco? [...] E encontramos ruínas, tosquidões. Vem a amargura. Uma desilusão zangada que, de novo, a gente precisa tomar cuidado para que não crie, como a fome criara, nova e oposta miragem.”*⁴²

Ainda que marcada por uma disciplina técnica e uma finalidade política clara, as viagens de levantamento possuíam uma dimensão errática, com roteiros um tanto incertos, destinos duvidosos, às vezes desaparecidos, arruinados ou sem grande valor, extravios, sacrifícios e muito tempo perdido. Tanto mais em uma região considerada pobre do ponto de vista dos monumentos artísticos, onde a questão sobre “o que tomar?” era permanentemente colocada.

Em artigo publicado na imprensa em outubro de 1936, o diretor Mário de Andrade salienta a importância do órgão no estabelecimento de um patamar de conhecimento científico da realidade cultural do país, o que implicava claramente no incentivo a um trabalho de pesquisa empírica acerca da cultura e da vida populares:

*“Faz-se necessário e cada vez mais que conheçamos o Brasil. Que sobretudo conheçamos a gente do Brasil. E então, se recorremos aos livros dos que colheram as tradições orais, e os costumes da nossa gente, desespera a falta de valor científico dessas colheitas. [...] A Etnografia brasileira vai mal. Faz-se necessário que ela tenha imediatamente uma orientação prática baseada em normas severamente científicas. Nos precisamos de moços pesquisadores, que vão à casa do povo recolher com seriedade e de maneira completa o que esse povo guarda e rapidamente esquece, desnorteando pelo progresso invasor.”*⁴³

Neste sentido, não é de se estranhar que entre aqueles que freqüentaram as 21 aulas do curso de Dina Lévi-Strauss estivessem alguns dos futuros responsáveis pelo êxito da Missão, especialmente Oneyda Alvarenga e Luiz Saia.

⁴² Idem, *ibidem*, p. 119. Este parágrafo que abre o artigo foi suprimido na versão revista incluída na coletânea de ensaios *Aspectos das Artes Plásticas no Brasil*, publicado pela Martins Editora como o volume XII de suas “Obras Completas”. É interessante notar também que nesta revisão aparecem referências a trabalhos posteriores também publicados na *Revista do SPHAN*, como os famosos estudos de Lucio Costa sobre “A arquitetura dos jesuítas no Brasil” e de Sérgio Buarque de Holanda sobre as “Capelas antigas de São Paulo”, ambos de 1941, no quinto número da publicação.

⁴³ CARLINI: 1994, p.24.

Na esteira da conclusão do curso e por sugestão de Mário de Andrade foi criada, em 4 de novembro de 1936, a Sociedade de Etnografia e Folclore. Uma de suas primeiras atribuições era a de constituir um quadro de pesquisadores de campo com orientação metodológica e científica para o estudo de temas relacionados ao folclore e a cultura popular. Com a aprovação de seu estatuto em 2 de abril do ano seguinte, foi eleita a primeira diretoria, constituída da seguinte maneira: Mário de Andrade (Presidente), Dina Lévi-Strauss (1ª Secretária), Lavínia da Costa Vilela (2ª Secretária) e Mário Wagner da Cunha (Tesoureiro). E dos 64 sócios fundadores, podemos encontrar intelectuais ligados à Universidade de São Paulo, ao Departamento de Cultura e ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Claude Lévi-Strauss, Fábio Prado, Paulo Duarte, Camargo Guarnieri, Oneyda Alvarenga, Plínio Ayrosa, Rubens Borba de Moraes, Sergio Milliet, Ernani da Silva Bruno, José Bento Faria Ferraz, Luiz Saia entre outros.

Uma referência sobre o interesse de Luiz Saia pelo tema foi a comunicação, acima mencionada, feita na reunião de 22 de setembro de 1937 na Sociedade de Etnografia e Folclore e publicada na *Revista do Arquivo Municipal* com o sugestivo título de “Um detalhe de arquitetura popular”, em outubro do mesmo ano. Naquela ocasião, ele chamou a atenção para o desaparecimento quase sistemático do uso da tesoura na habitação popular brasileira, sobretudo na casa de pau-a-pique, tendo recolhido inclusive os termos populares que se referiam à estrutura do telhado e seus detalhes. Ao apresentar o problema, ele tinha como pressuposto as pesquisas que vinha realizando no âmbito do recenseamento dos bens paulistas passíveis de tombamento pelo SPHAN. No entanto, fica evidente também a importância do curso ministrado por Dina Lévi-Strauss durante o segundo semestre de 1936, sobretudo das aulas específicas acerca do estudo de arquitetura no âmbito das pesquisas de campo. Com essa bagagem e treinamento é que Saia seria convidado a dirigir a Missão de Pesquisas Folclóricas em 1938.

Idealizada por Mário de Andrade no último ano de sua gestão no Departamento de Cultura de São Paulo, a expedição liderada por Saia era composta de outros três integrantes (Martin Braunwiser, Benedicto Pacheco e Antônio Ladeira) e deveria gravar, filmar, fotografar e descrever o maior número possível de manifestações populares nas cidades que percorresse. Uma vez recolhidos, esses registros deveriam ser organizados e sistematizados por Oneyda Alvarenga, diretora

da Discoteca Pública Municipal. O que acabou de fato acontecendo, sobretudo aquele material diretamente comprometido com o objetivo principal da Missão.⁴⁴

Luiz Saia e a arquitetura vernacular no universo coletado

A presença de Luiz Saia à frente da expedição, nesse sentido, parece ter sido decisiva para o desenvolvimento de uma sensibilidade para com a arquitetura rústica no país e seu reconhecimento como parte de um mundo de heranças compartilhadas no enfrentamento das mais diversas circunstâncias naturais, sociais e econômicas de estabelecimento.

Neste sentido, não foi estranho que, para além do conjunto de materiais e registros recolhidos de acordo com os objetivos principais da Missão, encontramos também referência acerca dos modos de vida das comunidades visitadas, de núcleos urbanos, de habitações populares, de arquitetura religiosa. Esta documentação pode ser verificada tanto a partir das anotações e desenhos registradas nas cadernetas de campo, quanto nas fotografias. A seu respeito, o próprio Saia alguns anos depois testemunhou:

“O que pudesse recolher de arte e técnicas populares, além do nosso objetivo específico, ficava portanto inteiramente por conta das circunstâncias. [...] Pessoalmente me interessava estudar, nos momentos de folga, tudo quanto fosse coisa popular de valor artístico ou documentário, especialmente arquitetura. Desde logo me larguei à prática aventureira de espiar, anotar e fotografar casas velhas, capelas, arquitetura popular.”⁴⁵

Se a documentação sobre arquitetura até então vinha sendo produzida de maneira irregular, ela se intensifica durante esta segunda viagem pela Paraíba. Em Areia, por exemplo, mais uma vez Luiz Saia procurou se informar acerca de soluções de captação de água na cobertura de algumas habitações:

“Outra coisa que se verifica sistematicamente na arquitetura desta zona, mesmo e sobretudo urbana, surge um encanamento para utilizar a água da

⁴⁴ Entre fevereiro e julho de 1938 a Missão percorreu 28 cidades de 6 estados brasileiros e, aumentos musicais; 1126 fotos, 19 filmes (9,5, 16 e 35 mm), 13558 páginas de documentos textuais (entre cadernetas de campo, fichas e recortes de jornal). Todo este material encontra-se hoje incorporado ao acervo do Centro Cultural São Paulo. Para nossa pesquisa, interessa olhar para as 20 cadernetas de campo que serviram para arrolar anotações diversas, como informações referentes a músicos e cantores, descrição de danças e cerimônias, dados sobre gravações, filmes e fotos, desenhos e esquemas, notas sobre arquitetura popular, técnicas construtivas, levantamento de arquitetura paulista, registros das despesas etc.

⁴⁵ Luiz Saia, *Escultura popular brasileira*, 1944, p.9.

chuva que cai nos telhados das casas cobertas com telhas. A calha é colocada inclinadamente na beira destes telhados de maneira que a água escorrendo, vai para a tina ou recipiente de barro colocado em posição no chão, na posição de fim da calha na sua parte mais baixa [desenho] Às vezes isto é encontrado de tal maneira bem arranjado e tecnicamente definido que nota-se ser uma necessidade perfeitamente definitiva na zona onde água é uma falta sempre problemática. [...] Nas casas rurais desta zona (e também intensamente na beira de estrada de Olinda até João Pessoa) surge nos lados da casa uns paus furados e tapados de barro nas extremidades. Criam-se aí abelhas [...]”⁴⁶

Segundo Alvaro Carlini, foi nesse momento que a descrição do cotidiano da Missão de Pesquisas Folclóricas passou a ser mais detalhada pelo chefe da equipe em suas cadernetas de campo, substituindo os pequenos lembretes e anotações corridas por uma escrita mais narrativa e pessoal.⁴⁷ No entanto, com a notícia do afastamento de Mário de Andrade da diretoria do Departamento de Cultura no dia 11 de maio e temendo uma ordem de retorno imediato, a Missão decidiu prosseguir com a viagem, deixando João Pessoa no dia 29 de junho com destino a Teresina (PI), de onde seguiram por terra até São Luiz (MA) e Belém (PA), onde encerraram suas atividades. Antes da partida da capital paraibana, Luiz Saia concedeu uma entrevista para o jornal *A Imprensa* publicada no dia 1º de junho, na qual resumia as atividades realizadas no estado, destacando a diversidade de manifestações populares naquele estado:

“Me sinto incapaz de dar uma impressão do conjunto da Paraíba. Pelo menos por enquanto. Me defendo justificando essa incapacidade. Quem, vindo lá do sul, viajar o sertão, o brejo, a caatinga, o curumataú, o litoral e mais um mundo de pequenas zonas perfeitamente diferenciadas, tudo em pouco mais de um mês, e encontrando em cada lugar uma quantidade enorme de sugestões novas e interessantes, tem que ficar como fiquei, em estado de choque. No mínimo. Digo em estado de choque por reserva. A vontade e talvez a verdade fosse dizer em estado de transe. Porque não acredito que exista um temperamento de curiosidades que se mantenha frio diante das descobertas, das revelações inesperadas, de mil detalhes que a sensibilidade em tensão

⁴⁶ Caderneta de campo 6, pp.23-25.

⁴⁷ CARLINI: 1994, p.298.

*forçada vai coordenando, juntando, separando, concluindo. Acho que me defendi bem.*⁴⁸

Num trecho seguinte, também carregado de encantamento, é possível entrever o peso que tanto a arquitetura quanto o folclore e a etnografia tiveram em sua formação, complementares à própria matriz politécnica. Neste sentido, podemos dizer que foi esta viagem ao Nordeste, realizada durante o primeiro semestre de 1938, que possibilitou o cruzamento das experiências acumuladas junto aos trabalhos de realizados no SPHAN com os estudos e pesquisas produzidos no âmbito da Sociedade de Etnografia e Folclore:

*“A primeira viagem que fizemos pelo interior da Paraíba objetivou o sertão e foi de 25 dias. A segunda, depois de uma semana de fôlego em João Pessoa, foi de 12 dias pelo brejo e litoral. Nesses trinta e sete dias de viagem parávamos um, dois ou três dias em algumas cidades. Noutros lugares paramos momentos, meia hora, o tempo de tomar um café, de espiar uma capela interessante, de perguntar informes guiadores do nosso trabalho, de fotar uma casa popular, de pesquisar um detalhe curioso de uma latada ou de uma casa de farinha, raramente estacionando o suficiente para colher uma história ou lenda popular. Porém, em todos os lugares de latada ou de uma casa de farinha era infaltável um detalhe permanente. É que a gente lamentava não poder ficar muito tempo neles, mais dias, semanas talvez e quem sabe até mesmo morar ali, que se entrevia variadas sugestões de estudo a fazer, através de conversas rápidas, de informações lacônicas e prometedoras. Nessas condições, a necessidade de estar vendo tudo em pouco tempo cansava mais do que o maior catabi [...] Foi assim no sertão e precisou ser assim no brejo e litoral. É verdade que aonde a gente chegava logo ia entrando em contato com o que havia de íntimo e expressivo do lugar. Mas o sentimento de pouquidão de tempo esteve sempre em nossa presença. [...]”*⁴⁹

⁴⁸ “A contribuição da Paraíba ao folclore nacional – Fala-nos o Dr. Luis Saia depois de visitar todo o nosso Estado”, *A Imprensa*, João Pessoa, 1º de junho de 1938 apud Idem, *ibidem*, p.327.

⁴⁹ Idem, *ibidem*, p.328.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Antonio Luiz Dias de. *Um estado completo que pode jamais ter existido*. São Paulo: FAU-USP, 1993 (tese de doutorado).
- ANDRADE, Mário de. *Aspectos das artes plásticas no Brasil*. São Paulo: Martins, 1965.
- _____. *Mário de Andrade. Cartas de trabalho: correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade (1936-1946)*. Rio de Janeiro: MEC/SPHAN/Pró-Memória, 1981.
- _____. *O turista aprendiz*. São Paulo: Duas Cidades / Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976
- ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Rodrigo e o SPHAN: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural*. Rio de Janeiro: MinC/Pró-Memória, 1987.
- CARLINI, Álvaro. *Cante lá que gravam cá: Mario de Andrade e a Missão de Pesquisas Folclóricas de 1938*. São Paulo, FFLCH-USP, 1994 (dissertação de mestrado).
- CATÁLOGO do Arquivo da Sociedade de Etnografia e Folclore. São Paulo: CCSP, 1993.
- CAVALCANTI, Lauro (org.). *Modernistas na repartição*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Tempo Brasileiro/ Paço Imperial, 1993.
- COSTA, Lucio. *Registro de uma vivência*. São Paulo/Brasília: Empresa das Artes/UnB, 1995.
- DUARTE, Paulo. *Contra o vandalismo e o extermínio*. São Paulo: Departamento de Cultura 1938.
- FICHER, Sylvia. *Os arquitetos da Poli: ensino e profissão em São Paulo*. São Paulo: Edusp, 2005.
- FLORENÇANO, Paulo Camilher. “A ‘Casa do Bandeirante’”. *Paulistânia*, n. 52, jan./abr. 1955, pp. 6-9.
- FRANCO, Amanda Cristina. “Entre o racional e o pitoresco: o plano diretor de Luís Saia para Águas de Lindóia, 1956”. *Anais do V Seminário Nacional do DOCOMOMO*, São Carlos, 2003.
- FROTA, Lélia Coelho. *Alcides da Rocha Miranda: caminhos de um arquiteto*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1993.
- GONÇALVES, Cristiane Sousa. *Metodologia pra a restauração arquitetônica: a experiência do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1975*. São Paulo: FAU-USP, 2004 (dissertação de mestrado).
- GUEDES, Maria Tarcila Ferreira. *Memória oral: IPHAN - São Paulo*. São Paulo: mimeo, 1998.
- KATINSKY, Julio Roberto. *Casas bandeiristas: nascimento e reconhecimento da arte em São Paulo*. São Paulo: IGEOG-USP, 1976.
- LEMOS, Carlos. “A casa colonial paulista”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Guarujá Bertioga*, n. 9, 1974, pp. 77-112.
- _____. *Casa paulista: histórias das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café*. São Paulo: Edusp, 1999.
- LIRA, José Tavares C. de. “O popular na cultura, a arquitetura brasileira e a história; Gilberto Freyre, os mucambos e os modernista nos primeiros anos do IPHAN” in CARDOSO, Luis A. F. e OLIVEIRA, Olívia F. de. (org.). *(Re)Discutindo o Modernismo: universalidade e diversidade do movimento moderno em arquitetura e urbanismo no Brasil*. Salvador: UFBA, 1997, pp. 98-118.

- MAYUMI, Lia. *Taipa, canela preta e concreto: um estudo sobre a restauração de casas bandeiristas em São Paulo*. São Paulo: FAU-USP, 2005 (tese de doutorado).
- MELLO, Joana. *Ricardo Severo: da arqueologia portuguesa à arquitetura brasileira*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2007.
- MOTA, Juliana Costa. "A atuação urbanística de Luís Saia: análise do Plano Diretor de Goiânia (1959-1963)". *Anais do VII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*. Salvador, 2002.
- NEME, Mário. *Plataforma da nova geração*: Porto Alegre: Globo, 1945.
- RAFFAINI, Patrícia Tavares. *Esculpindo a cultura na forma Brasil: o Departamento de Cultura de São Paulo (1935-1938)*. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, 2001.
- RODRIGUES, Marly. *Imagens do passado: instituição do patrimônio em São Paulo (1969-1987)*. São Paulo, Editora UNESP/IMESP/CONDEPHAAT/FAPESP, 2000.
- RUBINO, Silvana. *As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1992 (dissertação de mestrado).
- SAIA, Luiz. *A casa bandeirista (Uma interpretação)*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1955.
- _____. "A fase heróica da arquitetura contemporânea brasileira já foi esgotada há alguns anos". *Folha da Manhã*, 31 de março de 1954.
- _____. "Arquitetura de forno e fogão". *Acrópole*, n. 338, abr. 1967, pp.19-20.
- _____. "Arquitetura paulista". *O Diário de São Paulo*, 1959.
- _____. *Da Arquitetura*. São Paulo: FAU-USP, 1957 (tese para concurso da cadeira nº 14 "Teoria da Arquitetura")
- _____. "Encarece-se a necessidade de restaurar monumentos da arquitetura do período do bandeirismo paulista". *Folha da Manhã*, 24 e 25 de janeiro de 1954, p. 2.
- _____. *Escultura popular brasileira*. São Paulo: A gazeta, 1944.
- _____. *Morada paulista*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- _____. "Notas para a teorização de São Paulo". *Acrópole*, n. 295/6, jun. 1963, pp. 209-223.
- _____. "Notas preliminares sobre a fazenda Pau d'Alho. História, restauração e projeto de aproveitamento". *Revista de História*, n. 102, 1975, pp. 581-630.
- _____. "Notas sobre a arquitetura rural paulista do segundo século", *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 8, 1944, pp. 211-275.
- _____. *Notas sobre a evolução da morada paulista: notas relacionadas com a tectônica demográfica em São Paulo*. São Paulo: Editora Acrópole, 1957.
- _____. "O alpendre nas capelas brasileiras". *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 3, 1939, pp.235-249.
- _____. "Residência no Alto de Pinheiros". *Acrópole*, n. 224, jun. 1957, pp. 280-282.
- _____. "Resposta a uma crítica: onde tem fumaça, tem fogo". *Acrópole*, n. 240, out. 1958, pp. 563-564.
- _____. "Roteiro dos Monumentos Históricos e Artísticos de São Paulo". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Guarujá Bertioga*, n. 1, 1969, pp. 80-110.
- _____. *São Luís do Paraitinga*. São Paulo: Condephaat, 1977.
- _____. "Um detalhe de arquitetura popular", *Revista do Arquivo Municipal*, v. XL, out. 1937, pp. 15-22.

- SANTOS, Paulo. *Presença de Lúcio Costa na arquitetura contemporânea do Brasil*. Rio de Janeiro: mimeo, 1960.
- SODRÉ, João Clark de Abreu. *A casa bandeirista de Luiz Saia: antecedentes, apropriações e intérpretes (1916-1972)*. Relatório Final de Iniciação Científica entregue à FAPESP, 2001-2003.
- _____. “A casa bandeirista de Luiz Saia no IV Centenário de São Paulo: restauração e preservação da identidade paulista”. *Anais do V Seminário Nacional do DOCOMOMO*, São Carlos, 2003.
- _____. *Arquitetura e viagens de formação pelo Brasil (1938-1962)*. São Paulo: FAU-USP, 2010 (dissertação de mestrado).
- XAVIER, Alberto (org.) *Depoimentos de uma geração – arquitetura moderna brasileira*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.